

Boaventura de Sousa Santos

Porque é que me demiti do CES?

Parte 1

Em 26 de novembro de 2024, demiti-me do Centro de Estudos Sociais, que fundei em 1978. O processo da minha demissão foi longo e doloroso. Se revelo alguns dos seus pormenores, é apenas para mostrar, com o meu exemplo, como as instituições, universitárias ou não, não se devem comportar. Este processo pode ser dividido em dois períodos. O primeiro vai desde o início da crise, em abril de 2023, até à publicação do relatório da Comissão Independente, nomeada pela direção do CES entretanto eleita, que foi tornado público em 13 de março de 2024. O segundo período decorre desde essa data até à minha demissão. O presente documento abrange o primeiro período. Seguir-se-á outro sobre o segundo período.

Declaração apresentada à Comissão Independente em 4 de dezembro de 2023.

Introdução

Em 7 de abril de 2023, tomei conhecimento da existência do capítulo de um livro em que eram feitas graves acusações contra mim e outros investigadores do CES, bem como contra o CES no seu conjunto. Estava prestes a partir para o Chile e foi aí que tomei conhecimento da dimensão da repercussão pública que o capítulo estava a ter. A exposição mediática atingiu o seu auge na semana de 10 de abril. **Nenhum órgão direutivo do CES quis ouvir a minha opinião** sobre o que estava a acontecer. Ainda no Chile, em 12 de abril, foi cancelada uma visita prevista à Universidade Alberto Hurtado. Pouco depois, **seguiu-se uma série de cancelamentos de actividades em diferentes países**. No dia 15 de abril, a CLACSO emitiu um comunicado em que afirmava: "Enquanto decorrem as investigações, decidimos suspender todas as actividades de Boaventura de Sousa Santos na CLACSO". Regressei a Portugal no dia 17 de abril. Mas, ainda no Chile, tomei conhecimento de que o CES tencionava constituir uma comissão independente para analisar o conteúdo das alegações contidas no capítulo, iniciativa que acolhi com agrado. Ainda no Chile, em contacto com a direção do CES, concordei **em suspender as minhas actividades académicas para facilitar as investigações**. Foi o que fiz em 14 de abril. Infelizmente, o comunicado emitido pela Direção do CES afirmava que tinha sido a Direção a suspender-me, um "erro" fatal que justificou o cancelamento de actividades em vários países e de vários tipos, como, por exemplo, a proibição ou suspensão das minhas publicações, ou a retirada dos meus artigos dos cursos universitários. O "erro" foi rectificado poucas horas depois, mas em vão, pois, entretanto, a notícia de que eu tinha sido suspenso pelo CES já tinha sido amplamente divulgada em todo o mundo através de vários canais. Aliás, no dia 4 de maio, o diretor da Faculdade de Economia e o presidente do CC voltaram a informar os doutorandos de que eu estava suspenso e não autossuspensus (ver abaixo).

Nem a Direção nem a Presidência do Conselho Científico do CES me telefonaram para pedir a minha opinião ou mesmo para me informar do que se estava a passar. Como fundador do CES e seu Diretor Emérito, esperava legitimamente que assim fosse. No entanto, em 20 de abril, o Presidente do CC e o Diretor da Faculdade de

Fui informado por correio eletrónico de que tinha sido retirado de todos os estudantes de doutoramento e, pouco depois, que o meu seminário no programa de doutoramento sobre Pós-colonialismos e Cidadania Global também tinha sido cancelado.

Na ausência de uma reunião com os órgãos diretivos, solicitei uma reunião com a Provedora do CES, a quem me queixei deste comportamento e informei-a do que entretanto soube sobre o comportamento da direção e do CC. O pedido foi imediatamente aceite pela Provedora e a reunião teve lugar no dia 15 de maio. Uma vez redigida a ata da nossa reunião, a Provedora de Justiça, no legítimo exercício das suas funções, informou a Direção e o CC da reunião. Estes órgãos solicitaram ao Provedor de Justiça que lhes facultasse a ata da nossa reunião. Uma vez que, de acordo com os estatutos, as actas são confidenciais, não autorizei essa entrega, mas solicitei uma reunião com a direção e o presidente do CC. Esta reunião teve lugar no dia 6 de junho.

Na reunião com a direção e a presidência do CC, solicitei respostas a três questões:

1. Porque é que nunca tentaram saber a minha opinião, sabendo que a atenção dos meios de comunicação social nacionais e internacionais se centrava principalmente em mim?
2. Por que razão, depois de ter deixado bem claro que me suspendia para facilitar as investigações da Comissão Independente, o comunicado da Direção escondeu esta iniciativa e, em vez disso, afirmou que me tinha suspendido, um ato de perda de confiança anterior a qualquer investigação, que desencadeou a série de cancelamentos de que fui vítima, dada a minha intensa atividade internacional?
3. Por que razão as conclusões definitivas (afastamento dos meus alunos e anulação das minhas aulas) foram retiradas de um ato temporário, a auto-exclusão até ao final do inquérito, uma medida em que os órgãos do CES foram apoiados pela Direção da Faculdade de Economia?

Não obtive resposta a nenhuma destas perguntas. Exceto a confirmação de que se tratava de uma auto-suspensão e não de uma suspensão.

Relativamente à segunda e terceira questões, os documentos de que disponho mostram que não houve erro, mas sim uma intenção de deturpar a realidade. **As comunicações posteriores aos estudantes foram todas efectuadas com base na suspensão e não na auto-suspensão:**

Em 20 de abril de 2023, o Presidente do CC informou-me do seguinte

Caro Boaventura:

Gostaria de informar que, na sequência da reunião do Conselho Científico da FEUC, realizada ontem, dia 19 de abril, foram tomadas as seguintes decisões relativamente aos doutoramentos do CES:

- 1. Proceder à substituição da direção no caso dos dois estudantes cuja candidatura às provas de doutoramento está em curso ([REDACTED] y [REDACTED]);*

2. Dos estudantes ativamente inscritos em vários programas de doutoramento que o(a) tiveram como diretor(a) ou co-diretor(a), proceder à nomeação de diretores(as) suplentes:

[REDACTED] (SEDJ), [REDACTED] (POSCOL), [REDACTED]
[REDACTED] (POSCOL), [REDACTED] (DSXXI), [REDACTED]
[REDACTED] (POSCOL).

Seguindo a mesma orientação, adoptaremos os mesmos procedimentos para os doutoramentos CES dos estudantes inscritos no III-UC:

3. Este será o caso [REDACTED] y [REDACTED] que nos contactaram indicando que tinham a sua autorização para apresentar a tese;

*4. Entre os estudantes com inscrição ativa, este será o caso dos estudantes: [REDACTED]
[REDACTED] (HRICS) e [REDACTED] (HRICS).*

A Marta Araújo, responsável pelos Doutoramentos, e eu próprio daremos seguimento a estas decisões, que consideramos essenciais para preservar a cooperação da FEUC e do III-UC com o CES. No entanto, não gostaríamos de o fazer sem vos informar previamente.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Cordeiro Santos

A 4 de maio, o e-mail, co-assinado pelo diretor da Faculdade de Economia da UC e pela presidente do CC, refere

Data: quinta-feira, 4/05/2023 às 15:16

Assunto: Re: Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global| Gestão de Processos Académicos

Para: Gabinete do Diretor Caro

aluno

Na sequência da reunião do Conselho Científico da FEUC de 19 de abril, foram tomadas decisões relativas à gestão dos processos académicos que envolvem os investigadores suspensos Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins.

Ficou também decidido que os alunos inscritos cuja orientação ou co-orientação corresponda à Dra. Maria Paula Meneses serão consultados sobre se desejam ou não que lhes seja atribuído outro orientador. Assim, perguntámos-lhe se gostaria de propor alguma alteração na sua orientação para ser transmitida aos Conselhos Científicos do CES e da FEUC.

A Presidência do Conselho Científico do Centro de Estudos Sociais e a Presidência do Conselho Científico da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra estão empenhadas em encontrar soluções adequadas que respondam às preocupações dos doutorandos.

Com os melhores

cumprimentos,

Álvaro Garrido

Presidente do Conselho Científico da FEUC Ana

Cordeiro Santos

Presidente do Conselho Científico do CES

A gravidade e a ilegalidade destas decisões resultam do facto de terem sido tomadas sem qualquer processo prévio, sem audição prévia do interessado, com base numa falsidade (suspensão e não auto-suspensão) e retirando consequências definitivas de uma situação provisória (auto-suspensão ou suspensão).

A partir daí, mantive-me em silêncio, à espera que a comissão independente desse finalmente a conhecer a minha opinião. Só quebrei o meu silêncio em público em duas ocasiões. Na semana da exposição mediática, surgiu na imprensa espanhola uma entrevista com uma ativista argentina que tinha visitado o CES em 2010, na qual fazia **acusações muito graves e totalmente falsas** contra mim. Munido dos documentos em minha posse, pude refutar cabalmente as acusações num texto publicado em três línguas.

A segunda vez foi uma declaração pública intitulada "Reflexão autocrítica: um compromisso para o futuro", em 4 de junho.

Neste contexto, compareci perante a Comissão Independente (CI), afirmando a minha disponibilidade para esclarecer todas as questões. No entanto, não posso deixar de salientar os seguintes factos:

1. O comportamento dos órgãos do CES fez-me sentir perante o TC na posição insustentável de um culpado que tem de provar a sua inocência. Por outras palavras, uma inversão do ónus da prova contrária a toda a teoria do direito que aprendi na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e noutras escolas que frequentei e onde leccionei.

2. A publicação do capítulo foi um insulto para mim, para outros investigadores e para o CES no seu conjunto. Violou os critérios científicos mais elementares. Este capítulo foi incluído num livro publicado por uma editora tão prestigiada como a Routledge (onde foram publicados vários dos meus livros). Além disso, as graves acusações não eram apoiadas por qualquer prova para além de rumores anónimos e difamação, e violavam ainda a lei inglesa sobre difamação, uma vez que o texto não era anónimo, pois dois dos autores indicavam nos seus CV onde tinham estudado, e um dos autores, Miye Nadya Tom, tinha enviado um e-mail a María Paula Meneses (com cópias para outros) confirmando que o artigo se referia ao CES e que *Watchwoman* era um MPM.

3. Sem discordar da necessidade de um inquérito interno, não posso deixar de questionar por que razão o CES nunca criticou a falta de objetividade do artigo insultuoso e, em vez disso, se voltou contra os seus investigadores.

nele mencionados, cuja dignidade científica e académica deve ser defendida até prova em contrário. Ao lerem o artigo, várias cientistas sociais de renome, muitas delas feministas conhecidas, manifestaram de imediato a sua mais viva repulsa à Routledge pela publicação, por uma editora com reconhecidas credenciais académicas, de um livro que incluía um capítulo difamatório e inqualificável, que nada tem de científico. Aplaudo também a iniciativa da minha igualmente insultada colega de capítulo, Maria Paula Meneses (não branca, moçambicana), de questionar a editora sobre esta publicação. Provavelmente por todas estas razões, a editora decidiu retirar o capítulo do livro no início de setembro. Os exemplares não vendidos do livro foram retirados e, se houver uma nova edição, esta não conterá o capítulo.

4. Será que os órgãos do CES assumiram como verdadeiras todas as alegações vagas e infundadas, cujas únicas "provas concretas" eram pichações anónimas e boatos (que eram também a fonte das pichações)? Ou será que aproveitaram este capítulo difamatório para tentar eliminar uma importante área de investigação do CES (Epistemologias do Sul) que eu liderava e pela qual era conhecido mundialmente, que sempre considerei um bem precioso do CES, uma instituição sediada num país onde não é habitual a sua comunidade científica ter liderança internacional? Sem falsa modéstia, consideraria um ativo do CES o facto de estar entre os 2% da lista "World's Top scientists 2022" publicada pelo grupo editorial Elsevier, uma lista com 200 000 cientistas, e também na lista da Universidade de Stanford publicada em outubro de 2023 e ser considerado o "Top scientist" da Universidade de Coimbra de 2024. O grupo editorial Elsevier, uma lista contendo 200 000 cientistas, bem como na lista da Universidade de Stanford publicada em outubro de 2023, e a ser considerado o "Top scientist" da Universidade de Coimbra em 2024.

(<https://noticias.uc.pt/artigos/universidade-de-coimbra-tem-55-cientistas-na-lista-worlds-top-2-scientists-2022-do-group-editorial-elsevier/>,
<https://www.google.pt/search?q=PortugalTopUniversities2024>)

Para me esclarecer perante a perplexidade que tudo isto me causou (para além, obviamente, de um imenso sofrimento), distingo entre factores externos ao CES e factores internos ao CES.

Factores externos à explosão (ou guerra) mediática e à crise institucional que se instalou no CES com a publicação difamatória.

Quanto aos factores externos, houve uma confluência de interesses que convergiram para aproveitar o pretexto da publicação para liquidar a minha imagem com o objetivo de silenciar a minha voz. Sou um intelectual público, com numerosas intervenções na imprensa, e as minhas posições caracterizam-se por um pensamento crítico independente e de esquerda, não sendo dado a curvar-se a lealdades partidárias ou ao senso comum produzido pela opinião publicada. Ao longo dos anos tenho sido alvo de vários ataques, mas nenhum com a dimensão deste último. No ano passado fui severamente criticado por alguns na imprensa e nas redes sociais pela minha posição crítica em relação à continuação da guerra na Ucrânia. Desde o início que considerei ilegal a invasão da Ucrânia pela Rússia, mas critiquei a continuação da guerra, especialmente depois da oposição do Reino Unido e dos EUA às negociações de paz promovidas pela Turquia logo após o início da guerra. A minha voz era quase a única voz crítica e havia interesse em silenciá-la. Para fundamentar esta ideia, peço-vos que prestem atenção a dois editoriais altamente insultuosos contra mim, escritos no mesmo ano pelo mesmo jornalista, Manuel Carvalho, do jornal

Público. A primeira, quando este jornalista era editor do *Público*, é datada de 11 de março de 2022, um dia depois da publicação de um artigo meu no mesmo jornal sobre a guerra na Ucrânia^[1]; ^[2]a segunda é datada de 13 de abril de 2023 e refere-se ao caso mediático construído em torno do capítulo ofensivo e malévolos. ^[2] Como já disse, embora esta publicação faça acusações a vários investigadores do CES, eu sou o único alvo da guerra mediática.

A dualidade de critérios neste domínio é escandalosa. A jornalista que protagonizou a guerra mediática contra mim, Fernanda Cáncio (DN), atribuindo-me crimes e fazendo acusações graves com base em alegações vagas feitas em graffitis anónimos, é a mesma jornalista que, a propósito das alegadas acusações contra o ator português Nuno Lopes, escreveu na sua página do Facebook, em 24 de novembro de 2023:

Nos meses seguintes, foram anunciados vários casos de assédio sexual em diversas instituições sem que fossem publicados nomes ou fotografias. Ainda no dia 7 de dezembro, o *Diário de Notícias* anuncia "Professor da Universidade de Lisboa condenado por furto de gás natural", sem mencionar nomes ou fotografias.

No mesmo registo político, vale a pena mencionar os ataques à minha página da Wikipédia por pessoas ligadas à extrema-direita portuguesa.

Mais difícil de compreender é a atitude de uma certa fação da extrema-esquerda, ostensivamente defensora dos direitos humanos, mas que também se apressou a condenar-me com base em alegações caluniosas e sem provas. Neste ambiente politicamente motivado, é possível imaginar que a intenção era atacar através de mim o CES no seu conjunto, um centro geralmente caracterizado por um pensamento crítico sobre a sociedade injusta e discriminatória em que vivemos.

O terceiro fator externo ao CES foi a amplificação das acusações do capítulo por certos sectores feministas. Isto foi uma surpresa para mim. Sempre apoiei as lutas feministas e trabalhei muitas vezes com movimentos feministas. Além disso, **esta intensa mobilização contrasta com a que ocorreu com as notícias de abusos sexuais noutras instituições**, onde os nomes dos possíveis abusadores nunca foram mencionados.

Finalmente, há que referir um grupo minoritário de cientistas sociais em Lisboa que, na década de 1990, questionou as minhas credenciais científicas e, sobretudo, a minha proposta epistemológica em *Um Discurso Sobre as Ciências* (um pequeno livro muito utilizado no ensino secundário e que teve várias edições tanto em Portugal como no Brasil). Deste sector faziam parte, entre outros, António Manuel Batista (já falecido) e Maria Filomena Mónica. Esta última anunciou a publicação de um livro, cuja descrição me é insultuosa, intitulado *Sócrates e Boaventura*. O lançamento pela editora Relógio d'Água foi agendado para 8 de dezembro de 2023 e a editora descreve o livro da seguinte forma: "Ao escolher José Sócrates, um predador, e Boaventura de Sousa Santos, um pregador, o autor quis falar de um país como o nosso, seguindo as pisadas de um político que tudo fez para escapar à justiça e de um sociólogo que de cientista social tem muito pouco". Não posso deixar de pensar que esta data não é uma coincidência. Foi antes da avaliação dos centros de investigação e antes do relatório da Comissão Independente.

Por outro lado, não posso deixar de chamar a atenção para o facto de um dos autores do capítulo difamatório ser atualmente investigador de um centro que colabora com o CES. Como dizem os autores, numa das poucas passagens que é verdadeira (e factual), não há muito dinheiro para a investigação em Portugal. Por isso, quanto menos centros de investigação existirem, mais sobra para os que existem. Catarina Laranjeiro, uma das autoras do capítulo difamatório, é atualmente investigadora no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Colabora também com o *Buala*, que se apresenta como um portal transdisciplinar e colaborativo que deve o seu nome à palavra de origem quimbundo usada em Angola no sentido de bairro, periferia, valorizando a ideia de comunidade.

Foi *Buala* que contactou a Routledge após a suspensão do artigo para defender a sua continuação.

Factores internos

No que se refere aos factores internos, o comportamento das estruturas de gestão do CES neste período é chocante e surpreendente. Merece uma reflexão mais atenta e pormenorizada, que não posso fazer agora. Limitar-me-ei a alguns pontos.

Como é possível que tenham sido tomadas medidas tão graves para as pessoas envolvidas e para a própria instituição, com tal desrespeito pelas regras elementares da convivência democrática e com a violação dos direitos humanos (e, no caso de dois investigadores, com a violação dos direitos laborais, note-se que ambos são mestiços, um cabo-verdiano e outro moçambicano), facto tanto mais grave quanto se trata de uma instituição conhecida pelo seu compromisso com a ciência cidadã, com os direitos humanos e o primado do direito e com o pós-colonialismo? Apesar de ter sido o fundador do CES e seu diretor durante quatro décadas, **não me reconheço no desempenho desta instituição neste último período**. Espero que o então diretor tenha prestado à Comissão os esclarecimentos que nunca me foram prestados.

As linhas gerais do que se passou no período imediato são um estado de pânico por parte do diretor e da presidência do CC e o consequente aproveitamento por parte de alguns sectores do CES para levar a cabo o que se pode caraterizar, por analogia, como um golpe de estado para alterar a política científica do CES. **A rapidez das acções condenatórias, a colaboração ativa com jornalistas empenhados em denegrir a minha imagem e a do CES, e o facto consumado sem qualquer tipo de processo prévio só fazem sentido se se considerar que, no meio do des controlo geral, alguns sectores aproveitaram a oportunidade para fazer valer pontos de vista de política científica que, aparentemente, não tinham conseguido impor previamente ao CES.** Se assim foi, porque é que esses sectores não conseguiram impor essas posições? As questões de política científica misturaram-se com questões de privilégios indevidos que levaram muitos investigadores a afirmar sobre o conteúdo do capítulo que "todos o sabíamos". Apresento três factores que apontam para uma explicação: a hegemonia das epistemologias do Sul; o privilégio; a questão do "silenciamento".

1. A hegemonia das epistemologias do Sul

Numa das observações do *Público* (em anexo[3]), são entrevistadas fontes "anónimas". O facto de os investigadores do CES se prestarem a declarações anónimas é, por si só, um ato condenável num contexto em que a instituição está a ser atacada.

meios de comunicação social. Estas fontes anónimas, consideradas como "a velha guarda do CES", afirmam como problema o facto de a opção teórica BSS se ter tornado hegemónica no CES e de isso ter condicionado o desenvolvimento do CES. Esta opção deve referir-se às Epistemologias do Sul, que tornaram o CES famoso e atraíram centenas de estudantes estrangeiros e nacionais para os nossos programas de doutoramento. Na mesma linha, **o então e atual presidente do Conselho Científico (CC) afirmou textualmente a uma testemunha qualificada que "as Epistemologias do Sul acabariam com a morte de Boaventura"**. Isto significa que havia uma rivalidade científica no CES de que eu não tinha conhecimento.

Quando criámos o CES, os nossos interesses centravam-se na sociedade portuguesa, que acabava de sair de 48 anos de ditadura. A sociologia tinha sido praticamente proibida durante todo esse período. Sou o sócio número 3 da Associação Portuguesa de Sociologia. Estes estudos centravam-se na caracterização da sociedade portuguesa no sistema mundial moderno, com uma forte inclinação para o estudo da economia política. Para além disso, interessava-nos muito o sistema judicial, o que levaria, alguns anos mais tarde, à criação do Observatório Permanente da Justiça. Este interesse esteve ligado à minha especialização em sociologia do direito, com um doutoramento na Universidade de Yale (1969-1973). Licenciei-me em Direito na Universidade de Coimbra (1957-1963) e, entre 1965 e 1969, fui assistente de Direito Processual Penal na Faculdade de Direito. Após o meu regresso dos Estados Unidos, e já na recém-criada Faculdade de Economia (de que fui Diretor pouco depois do 25 de abril de 1974 e depois Presidente do CC durante mais de dez anos), leccionei a disciplina opcional de Sociologia do Direito oferecida pela então Faculdade de Direito.

No entanto, desde o início pensámos que o facto de Portugal ter tido mais contactos com mais países fora da Europa e durante mais tempo, devido à extensão do seu império colonial, nos deveria permitir fazer do CES uma ponte entre a Europa e a América Latina, a África e a Ásia. Na fase inicial do CES, só eu me dediquei a estudos fora da Europa, na sequência do meu trabalho anterior, ainda nos Estados Unidos, quando fiz trabalho de campo numa favela do Rio de Janeiro, onde vivi durante vários meses para preparar o meu doutoramento em Yale. Em consequência, em 1984-85, iniciei um estudo sobre os tribunais zonais em Cabo Verde. Na década de 1990, este interesse aprofundou-se, mais uma vez por iniciativa própria, e empreendi, com o financiamento da Fundação MacArthur dos EUA, o meu primeiro grande projeto de investigação, que se centrou num conjunto de países não europeus numa perspetiva pós-colonial. Os países incluídos foram: Portugal, África do Sul, Moçambique, Brasil, Colômbia e Índia. Este interesse aprofundou-se significativamente com a minha participação muito ativa no Fórum Social Mundial, que se realizou pela primeira vez em Porto Alegre (Brasil) em 2001.

moçambicanos, chilenos, mexicanos, cabo-verdianos, etc.), e foi assim que o CES começou a receber dezenas de doutorandos estrangeiros (sobretudo brasileiros, que durante alguns anos constituíram o maior contingente de estudantes). Dez anos depois, este interesse pelo Sul Global recebeu um impulso extraordinário com a aprovação pelo Conselho Europeu de Investigação do projeto ALICE, que dirigi entre 2011 e 2016. Financiado com 2.400.000 euros, o ALICE permitiu-me criar uma grande equipa de investigação que iria expandir ainda mais as Epistemologias do Sul. Participaram neste projeto os seguintes países: Bolívia, Equador, Itália, África do Sul, Reino Unido, Moçambique, Índia, Portugal, França, Colômbia, Brasil e Espanha.

Apesar disso, as Epistemologias do Sul sempre foram um dos temas do CES, entre outros, e a projeção internacional que alcançou deve-se exclusivamente ao mérito científico dos investigadores que o promoveram. É evidente que a minha dedicação a este projeto, que exigia cada vez mais estadias prolongadas no estrangeiro, me impediu de apoiar outros temas e os colegas que os investigavam. Mas, francamente, porque haveria de o fazer, mais de vinte anos depois de ter fundado o CES? Os meus colegas dispunham das mesmas fontes de financiamento interno e externo que eu para realizar projectos e construir um currículo internacional. Se não o fizeram, o ónus não pode recair sobre mim. Estarei a ser alvo de ressentimentos mal digeridos e rivalidades mal concebidas?

De acordo com os critérios de avaliação baseados na produção académica, o CES tem sido uma instituição de excelência graças aos esforços de um grupo minoritário de investigadores. De facto, há muito que debatemos o facto de uma pequena percentagem de investigadores ser responsável pela grande maioria da produção científica. Basta recordar que nunca nenhum colega da Faculdade de Economia (exceto eu) ou da Faculdade de Letras teve um projeto aprovado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), uma instituição altamente competitiva. E o facto é que, ao longo dos anos, o CES teve vários projectos aprovados pelo ERC, liderados por investigadores do Laboratório Associado. Na minha opinião, **as rivalidades científicas devem ser resolvidas com critérios exclusivamente científicos e não com recurso a atalhos de intriga e ressentimento**. Sendo um projeto de grande envergadura, o projeto ALICE atraiu o interesse de muitos investigadores que quiseram participar nele, e os jovens investigadores (doutorandos e pós-docs) viram legitimamente o projeto como um trampolim para um futuro emprego científico no CES. Enquanto responsável pelo projeto junto das agências europeias, tomei as decisões que considerei mais adequadas, não podendo de forma alguma resolver com um projeto desta natureza a questão mais vasta da precariedade do emprego científico em Portugal. Expectativas demasiado elevadas conduziram a grandes frustrações que depois alimentaram comportamentos ressentidos. As decisões que tomei, nomeadamente no que respeita à coordenação científica, revelaram-se adequadas.

Mais estranho ainda é o facto de investigadores de elevada craveira científica terem recorrido a meios pouco abonatórios para fazer face a rivalidades em torno do sucesso dos investigadores que mais de perto trabalharam comigo. Como podem testemunhar as pessoas dos bairros lisboetas onde trabalhámos no projeto, esses investigadores fizeram afirmações caluniosas absurdas e sem fundamento, por exemplo, que o projeto ALICE era financiado pela CIA e que os meus livros eram escritos pelos meus assistentes, e que só por isso eu publicava tanto. Como se pode ver, este último insulto está contido no capítulo

difamatório, o que prova que os autores não inventaram tudo o que escreveram. Nos últimos meses, apercebi-me de que, na altura, começaram a surgir rumores sobre a forma como os investigadores eram selecionados para o projeto ALICE: os investigadores rejeitados, ressentidos com isso, espalharam o rumor de que algumas selecções, em particular a de María Paula Meneses, não se deviam ao seu CV ou mérito.

2. Privilégiros

No final da década de 1990, a atividade profissional de Maria Paula Meneses centrava-se no departamento de antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e também no Ministério da Ciência e do Ensino Superior do jovem país. No início dos anos 2000, MPM entrou em conflito com o então reitor da universidade, ao saber que, como mestiça, nunca conseguia chegar a cargos superiores na universidade, pois estes eram reservados a pessoas negras. Este conflito levou MPM a procurar desenvolver a sua carreira fora do país. Dadas as suas qualificações (mestrado na Universidade de São Petersburgo, Rússia, e doutoramento na Universidade de Rutgers, EUA), MPM recebeu várias ofertas de emprego na Europa e nos EUA. Entrou para o CES através de um concurso internacional em 2003, altura em que o CES se tornou um Laboratório Associado. MPM enquadrava-se no perfil que tínhamos definido para as relações da universidade portuguesa com os intelectuais das ex-colónias. Como disse, tínhamos decidido que o longo passado colonial de Portugal, apesar de ser um fardo pesado, podia ser também uma oportunidade. Devo dizer que a sua contratação correspondeu plenamente às expectativas. A incorporação do MPM deu um novo impulso à investigação levada a cabo no CES, uma vez que Moçambique e, em geral, África eram o seu tema de investigação. A avaliação regular do seu trabalho, como a de outros investigadores que recrutámos no âmbito do Laboratório Associado desde a sua criação, foi sempre efectuada por comissões em que muitas vezes não participei. **Com o tempo, apercebi-me de que o recrutamento de MPM tinha criado ressentimentos entre alguns investigadores do CES.** A principal razão tinha a ver com o facto de MPM ser um outsider, não pertencente à pequena comunidade universitária de Coimbra que se tinha reunido à minha volta para criar o CES, cujo trabalho era desconhecido e estranho à grande maioria dos investigadores, e que trazia para o CES interesses científicos diferentes dos que tinham dominado o primeiro período do CES (economia política, sociedade semiperiférica, direito e sistema judicial e humanidades literárias). Sendo moçambicana, estava também em concorrência com investigadores portugueses que começavam a interessar-se por temas africanos. De facto, o ressentimento alastrou a alguns estudantes. Assim, a antiga aluna de doutoramento internacional Miye Nadya Tom, coautora do capítulo difamatório, disse um dia na Cova da Moura que Maria Paula Meneses não podia trabalhar sobre o colonialismo porque era mestiça e não negra.

Pelo contrário, no meu caso, dado o meu interesse pelas questões africanas desde meados da década de 1980 e o perfil internacional dos referidos projectos, o MPM enquadrava-se na reorientação científica que estava a levar a cabo no CES. Note-se que o projeto ALICE teve duas coordenações nas quais, devido às minhas ausências, deleguei muitas competências: a coordenação executiva (José Luis Exeni, Élida Lauris e Sara Araújo) e a coordenação científica (João Arriscado Nunes, Maria Paula Meneses, José Manuel Mendes e, na parte final, Bruno Senna Martins).

Note-se que as eleições foram efectuadas através de um concurso internacional e que o mérito dos escolhidos foi plenamente confirmado. Os autores do capítulo ouviram estas insinuações de investigadores do CES, que assim acabaram por colaborar na construção de uma narrativa falsa e monstruosa sobre mim e sobre os investigadores que mais de perto trabalharam comigo.

Mas, repito, a verdade é que a diversidade e o pluralismo epistemológico e teórico continuaram a estar bem presentes no CES. Basta ver os temas e os cursos dos doze programas de doutoramento organizados pelo CES em colaboração com a Faculdade de Economia, a Faculdade de Letras e o Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, bem como com outras instituições. O facto de, nos últimos anos, o CES ter sido responsável por 17 % dos doutoramentos concedidos pela Universidade de Coimbra deve ser motivo de orgulho coletivo. Acrescento, ainda, que o nosso sucesso não tem sido mérito exclusivo dos investigadores. Foi também mérito de uma excelente equipa administrativa que durante muitos anos foi liderada por João Paulo Dias, diretor executivo durante 10 anos e agora investigador do Laboratório Associado.

Antes de mais, gostaria de dizer que não excluo a possibilidade de ter havido um comportamento irregular e até repreensível por parte dos investigadores. **Só posso falar por mim e, neste domínio, estou de consciência tranquila.** Por outro lado, **desde 2010 que não tenho estado em contacto estreito com a vida interna do CES.** Por um lado, deixei de ter responsabilidades administrativas, que passaram para a Direção (com um coordenador), o diretor executivo e a presidência do Conselho Científico. Desde então, fui chamado a intervir em três situações particularmente complexas: um caso de assédio sexual (Dhruv Pande), um conflito no projeto Memoirs e o caso de Lieselotte Viaene, principal autora do capítulo insultuoso que desencadeou a crise no CES.

Como já referi, aquando da publicação do capítulo difamatório e do início da discussão no CES, encontrava-me no Chile, pelo que apenas sei o que me foi transmitido por investigadores que participaram nas reuniões ou pelos meios de comunicação social, com os quais alguns investigadores do CES colaboraram anonimamente. O facto de não se terem identificado num contexto hostil à instituição e ao seu diretor emérito constitui uma irregularidade que, noutros países e contextos, seria motivo de processo disciplinar. Segundo percebi, alguns investigadores conseguiram impor a narrativa de que o capítulo dizia a verdade sobre o CES e que "toda a gente sabia".

O que é que "toda a gente sabia", pelo menos no que me dizia respeito? A julgar pelo que foi tornado público, penso que se referiam a comportamentos irregulares que me envolviam a mim e a alguns dos investigadores que trabalhavam mais de perto comigo. Quanto a mim, eles "sabiam" que se tinha desenvolvido à minha volta um certo culto da personalidade e que a proximidade comigo podia ter razões que nada tinham a ver com critérios científicos. A ideia do culto da personalidade chocou-me porque eu sempre me imaginei como um *caput scholae*, um líder científico cujo trabalho atraía estudantes e jovens investigadores de diferentes países, o que era positivo para o CES porque, quando vinham para o CES, viam que, para além de mim, havia muitas outras pessoas interessantes com ideias inovadoras com quem muitos acabariam por trabalhar nos seus projectos de doutoramento ou estadias de pós-doutoramento. A primeira vez que ouvi falar de

da ideia do culto foi-me especificamente transmitida por um colega amigo com quem falei depois de a crise se ter instalado na instituição, ainda em abril de 2023. Dizia-me ele que a única vez que tinha ido ao restaurante "Casarão", onde eu jantava (muito esporadicamente) com os alunos depois das minhas aulas, "tinha ficado impressionado com os inúmeros azulejos com os nomes dos alunos que tinham participado nos jantares, uma demonstração flagrante do culto da personalidade".

3. Silenciamento

Tanto no capítulo infrator como nos debates que tiveram lugar no CES após o início da crise, bem como nos meios de comunicação social, surgiu frequentemente a ideia de que existia uma cultura do "silêncio". Numa instituição que tinha órgãos colegiais eleitos cujas reuniões eram publicadas, numa instituição que organizava reuniões estratégicas, reuniões plenárias e assembleias gerais, é difícil acreditar que se fale de silenciamento. Mas quando se fala disso com tanta insistência, há que procurar uma explicação. A que me parece mais razoável é que muitos colegas transformaram a sua ignorância em silêncio. O facto de o CES estar sediado num edifício afastado da Faculdade de Economia, a que pertenceu durante muito tempo uma parte significativa do pessoal de investigação, e com dificuldades de estacionamento, fez com que muitos investigadores raramente frequentassem as instalações do CES, sobretudo quando não ocupavam cargos de chefia. Por exemplo, nos seminários que organizámos na sede do CES, no Polo I da Universidade, a participação dos colegas da FEUC foi muito rara, e nem sequer se pode dizer que tal se deveu exclusivamente ao seu desinteresse pelos temas tratados. Estas ausências transformaram-se gradualmente em distanciamento e afastaram-nos da vida interna do CES. É por isso que não se apercebem disso.

Num momento de pânico institucional, transformaram-no numa cultura de silêncio. Um exemplo elucidativo disso foi a transparência com que tratámos a questão dos graffiti. A transcrição da minha reunião com 40 estudantes e investigadores, em janeiro de 2019, na sequência das reuniões que tive com todos os meus colegas especialistas em questões feministas, mostra claramente a preocupação em discutir abertamente uma questão que nos estava a incomodar. Informei também que iria apresentar um relatório sobre esta reunião na reunião seguinte do CC, o que fiz. Nessa reunião foi lavrada uma ata, mas nessa altura ninguém a leu. Por que razão, especialmente no caso de colegas com responsabilidades de gestão, não houve coragem para abordar no local certo a possível má conduta de que dizem ter tido conhecimento? Ao longo da minha longa carreira, tenho estado em contacto com instituições e centros de investigação científica em diferentes países e nunca vi tanta transparência e tanta experiência democrática como no CES.

Compreendo que a circulação interna do conhecimento nas grandes instituições, sobretudo na era pré-redes sociais, era (e continua a ser) um problema grave. Este problema tornou-se particularmente agudo quando o CES, no curto espaço de dez anos (entre 2010 e 2020), passou de algumas dezenas de investigadores para 151. Não se tratou de um crescimento orgânico, mas sim do resultado de uma política governamental que obrigou os centros a agruparem-se para adquirirem uma "dimensão europeia". Dada a força científica do CES, juntaram-se a nós dezenas de novos investigadores do Departamento de Arquitetura e da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Talvez seja difícil hoje avaliar se esta união foi boa para eles ou para nós, mas o que é certo é que a heterogeneidade interna e a

A falta de conhecimento interno do CES aumentou exponencialmente. Pouco tempo depois, foram abertos concursos para contratos temporários (6 anos) pela FCT, o que trouxe novos investigadores para o CES. Para além disso, através da chamada regra transitória, alguns pós-docs passaram a investigadores. Em pouco tempo, o CES tornou-se uma instituição de média dimensão, composta por muitos investigadores que pouco ou nada sabiam sobre o CES, a sua história e a sua vocação.

A ideia da escola do CES que tínhamos construído ao longo dos anos foi-se desvanecendo até desaparecer praticamente. É de notar que os investigadores que entraram ao abrigo das novas regras de emprego científico não foram escolhidos pelo CES. O CES aceitou ser a instituição de acolhimento e, frequentemente, entraram aqueles que tinham menos interesse para o CES, mas que correspondiam aos interesses subjacentes da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Em pouco tempo, o CES tornou-se um arquipélago complexo de pequenas ilhas (algumas delas unipessoais), com muita ignorância e muito pouco contacto entre si. Cada um começou a lutar pelas suas próprias publicações e projectos. É preciso ter em conta que este enorme aumento de efectivos científicos, induzido pelo exterior, não eliminou os enormes desequilíbrios e assimetrias na produção científica. Dos 150 investigadores, até há pouco tempo, não mais de 50 apresentavam projectos para financiamento.

Se era fácil combinar as minhas longas estadias no estrangeiro com a liderança relativamente próxima do CES, mesmo que apenas a nível científico, quando éramos 40 ou 50 investigadores, isso deixou de ser possível quando passámos a 150. Entre 2014 e 2019, passei uma média de quatro meses por ano em Portugal, devido às minhas estadias regulares na Universidade de Wisconsin-Madison (35 anos, onde leccionei durante o #MeToo sem nunca ter sido acusada de qualquer comportamento irregular) e às estadias exigidas pelo projeto Alice.

A crise económica de 2011 e a avaliação menos positiva do CES pela FCT em 2015 (Muito Bom em vez de Excelente) levaram-me a permanecer na liderança por insistência de colegas que muito apreciava, embora não pudesse abdicar dos meus compromissos internacionais. Ao contrário do que dizem os meus detractores, não foi a minha presença demasiado forte no CES que contribuiu para alguns dos problemas que hoje enfrentamos. Foi, pelo contrário, a minha presença demasiado fraca.

Em conclusão, sobre o futuro do CES

Procurei fazer uma análise tão desapaixonada quanto possível do que se passou nestes meses, porventura os mais difíceis da minha vida. Estou convicto de que o CES ultrapassará este período complexo da sua existência e saberá seguir em frente, valorizando aquilo que o tem caracterizado ao longo destes quase cinquenta anos: a construção constante de uma ciência social da cidadania, comprometida com os valores da democracia e da justiça social. Foram estes os valores que me animaram quando fundei a instituição, acompanhado por um grupo maravilhoso de jovens, alguns dos quais ainda são investigadores activos. Hoje somos uma instituição grande, mais plural e complexa e talvez tenhamos demonstrado nesta crise uma fragilidade institucional que surpreendeu muita gente. Penso que se trata de uma questão estrutural que deve ser abordada de frente. **Hoje em dia, já não há lugar para instituições privadas de investigação científica fora da esfera estritamente económica e empresarial.**

O CES deveria ser integrado na Universidade de Coimbra como uma unidade de investigação associada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar. Sendo o CES uma instituição fortemente interdisciplinar, a sua integração numa faculdade, qualquer que ela seja, daria origem a mal-estar, a decisões e prioridades mal entendidas. Há, pois, que corrigir o que deve ser corrigido para prosseguir o caminho que fez do CES uma instituição de referência internacional. Pela minha parte, estou pronto a continuar a dar o meu contributo no domínio estritamente científico, um contributo entre muitos outros, enquanto os anos me permitirem.

NOTA: Para além desta declaração contextual, forneci à Comissão Independente uma lista de testemunhas que nunca foram ouvidas e mais de 600 páginas de documentação que apoia as afirmações feitas nesta declaração. Grande parte desta documentação está disponível em www.supportboaventuradesousa.com.

Estes documentos incluem: a lista de cancelamentos da minha atividade científica imediatamente após o início da difamação; cartas de apoio de 78 personalidades proeminentes (incluindo Adolfo Esquivel, Prémio Nobel da Paz, Etienne Balibar, Chantal Moufe, Isabel Allegro Magalhães, Richard Falk, Susan George, Helder Macedo, Roberto Savio, Mary Layoun, Juan José Tamayo, Ángeles Castaño, Lewis Gordon, María Teresa Alves); cartas de importantes feministas à Routledge, criticando a publicação de um capítulo pseudo-científico e pseudoanónimo sobre difamação num livro que a editora retirou do mercado em setembro de 2023; lista dos 309 jovens cientistas sociais publicados em livros colectivos organizados por mim; testemunhos de antigos assistentes e antigos alunos; fotografias e vídeos do restaurante Casarão, onde jantava com os meus alunos (por vezes de outras universidades) depois das minhas aulas.

[1] arquivo:

//E:/Copia%20BSS%20WORKING%201Jan2015/general%202020/Linchamento/Manuel%20Carvalho/A%20mis%C3%A9ria%20moral%20da%20esquerda%20iliberl_MmanuelCarvalho_11Mar%C3%A7o2022.pdf

[2]

file:///E:/Copia%20BSS%20WORKING%201Jan2015/general%202020/Linchamento/Manuel%20Carvalho/O%20Portugal%20das%20trevas_ManuelCarvalho_13Abril2023.pdf

[3] <https://www.publico.pt/2023/04/15/sociedade/noticia/messias-centro-culto-tornouces-2046173>